

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.326.338 - SP (2018/0174245-2)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : M DO C R**  
**ADVOGADO : AGNELO BOTTONE E OUTRO(S) - SP240550**  
**AGRAVADO : GAS NATURAL SAO PAULO SUL S.A**  
**ADVOGADOS : PAULO RENATO FERRAZ NASCIMENTO - SP138990**  
**RICARDO SOARES CAIUBY - SP156830**  
**MARINA VIEIRA MARTINS E OUTRO(S) - SP328616**  
**AGRAVADO : GBEC PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA**  
**ADVOGADO : VALDEMAR JOSÉ DA SILVA E OUTRO(S) - SP094911**  
**AGRAVADO : ZURICH BRASIL SEGUROS S/A**  
**ADVOGADO : FERNANDA DORNBUSCH FARIAS LOBO E OUTRO(S) -**  
**SP218594**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fls. 743/744, e-STJ):

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE. VÍTIMA QUE CAI EM VALA E FRATURA AS PERNAS. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. CABIMENTO. INDÍCIO DOCUMENTAL E PROVA TESTEMUNHAL QUE DEMONSTRAM A OCORRÊNCIA DO DANO ALEGADO. SENTENÇA EXTRA PETITA. INOCORRÊNCIA. DANOS MORAIS E ESTÉTICOS DEMONSTRADOS. INDENIZAÇÃO ARBITRADA DENTRO DOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE. EXCLUSÃO DA DENUNCIANTE DA CONDENAÇÃO. INADMISSIBILIDADE. APÓLICE CONTRATADA EM DÓLARES AMERICANOS. NECESSIDADE DE SE APURAR O VALOR TOTAL DA INDENIZAÇÃO EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. SENTENÇA MANTIDA.

1. Os depoimentos das testemunhas, em conjunto com o depoimento da autora, são suficientes para se demonstrar que esta efetivamente acidentou-se em buraco aberto e não sinalizado pela requerida, havendo prova do dano suportado pela autora, exsurgindo, assim, o dever de indenizar.

2. No tocante aos danos materiais, embora o recibo de fls. 144 somente comprove que o recibo foi emitido, não que os valores foram pagos, e embora a indenização por danos materiais requeira a comprovação dos gastos efetivos, a prova testemunhal realizada

aponta para o fato de que a autora efetivamente teve de contratar a testemunha para cuidar da sua filha, que confirmou o recebimento dos valores, que, conforme apontado pela r. sentença, não se encontram nada fora do normal.

3. A decisão a quo simplesmente cingiu a indenização por danos morais em danos morais puros e danos estéticos, por considerar, corretamente, que possuem naturezas jurídicas distintas, embora decorram, na hipótese dos autos, do mesmo fato. Nesse sentido, aliás, é a súmula 387 do c. STJ, que prevê a possibilidade da cumulação de condenações por danos morais e estéticos.

4. A apólice de seguro possui um capital segurado fixado em dólares americanos. Assim, será necessário que, em fase de cumprimento de sentença, ocorra a necessária conversão, para que se verifique se o valor segurado cobre a totalidade atualizada do montante da condenação. Se cobrir, a GBEC não deverá pagar nada à autora. Do contrário, será responsável pelo pagamento dos valores que eventualmente suplantarem o capital segurado, observada a conversão das moedas.

5. As indenizações por danos estéticos e morais foram arbitradas atendendo-se aos critérios da razoabilidade e observando-se o duplo caráter da indenização, motivo pelo qual não comportam redução.

6. Recurso da autora não conhecido; recursos da requerida e das denunciadas improvidos.

A autora (fls. 757/762, e-STJ) e a correquerida ZURICH BRASIL SEGUROS S/A (fls. 752/754, e-STJ) apresentaram embargos de declaração.

O recurso da primeira foi acolhido para conhecimento do recurso de apelação, ao qual foi negado provimento. Os embargos de declaração da segunda, por outro lado, foram acolhidos para manifestação expressa quanto à incidência da franquia, sem efeitos modificativos.

Foi adotada a seguinte ementa (fls. 802/803, e-STJ):

PROCESSO CIVIL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELA AUTORA. ERRO MATERIAL. EXISTÊNCIA. RECURSO DE APELAÇÃO TEMPESTIVAMENTE INTERPOSTO. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA CONHECER DO RECURSO E NO MÉRITO NEGAR-LHE PROVIMENTO.

1. Os embargos da autora merecem ser acolhidos, para afastar a intempestividade do recurso de apelação por si interposto (fls.

676/686), pois restou demonstrado que o foi dentro do prazo legal. Assim, deve a apelação da autora ser apreciada, o que se faz por meio deste voto, em razão da possibilidade excepcional de se atribuir efeitos infringentes aos Embargos de Declaração, evitando, assim, a necessidade de se alcançar o mesmo resultado mediante a interposição de recurso para a Instância Superior.

2. O laudo pericial, em resposta aos quesitos de uma das requeridas (fls. 376, item "f"), apontou expressamente que não há, em decorrência do acidente, incompatibilidade da autora para o desempenho de sua atividade profissional (fls. 414). Assim, não há que se falar em condenação ao pagamento de pensão mensal vitalícia, que somente é cabível quando a vítima, em decorrência da lesão sofrida, comprovadamente sofre uma diminuição na sua capacidade laborativa, de modo a reduzir ou extinguir suas possibilidades de sustentar-se com seu trabalho. Não tendo isso ocorrido, inviável a condenação.

PROCESSO CIVIL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS POR CORREQUERIDÀ. OMISSÃO. MANIFESTAÇÃO ACERCA DA VALIDADE DA CLÁUSULA DE FRANQUIA PREVISTA NO CONTRATO DE SEGURO. EMBARGOS ACOLHIDOS SEM EFEITOS MODIFICATIVOS.

3. Cuidando-se de acórdão que já aprecia pedido da autora, e tendo as embargadas sido instadas a se manifestarem acerca do pedido da embargante Zurich, mal não há em se fazê-lo. A apólice de fls. 211/224, juntada aos autos pela correquerida Gás Natural São Paulo Sul S/A., prevê expressamente a incidência de franquias de US\$ 25.000,00 "aplicável a cada e qualquer ocorrência" (fls. 212), cláusula naturalmente aplicável ao contrato de seguro então em vigência.

4. Embargos da Autora acolhidos para se conhecer do seu recurso de apelação, ao qual se nega provimento; Embargos da correquerida acolhidos sem efeitos modificativos.

Nas razões do recurso especial, a agravante alega, além de divergência jurisprudencial, violação ao art. 950 do Código Civil.

Sustenta, em síntese, que tem direito à pensão mensal vitalícia.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 827/833, e-STJ.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 835/836, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

Como é cediço, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que é devido, nos termos do art. 950 do Código Civil, o pensionamento mensal vitalício nos casos em que a ofensa ou o acidente provocarem defeito que impeça a vítima de exercer seu ofício ou profissão ou se lhe diminua a capacidade de trabalho.

Nesse sentido, cito os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. 1. CERCEAMENTO DE DEFESA. SUFICIÊNCIA DE PROVAS ATESTADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 2. AFASTAMENTO DA EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE. FORTUITO EXTERNO INERENTE À ATIVIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA 7 DO STJ. 3. QUANTUM INDENIZATÓRIO. FIXAÇÃO EM PATAMAR RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. 4. JUROS DE MORA. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. TERMO INICIAL A PARTIR DA CITAÇÃO. 5. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA. FIXAÇÃO DE PENSÃO VITALÍCIA. CABIMENTO. PRECEDENTES. 6. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O indeferimento da produção da dilação probatória requerida não configura cerceamento do direito de defesa, uma vez que ficou claro no aresto impugnado que as provas produzidas nos autos são suficientes para o correto deslinde da controvérsia. Sendo o magistrado o destinatário da prova, compete a ele o exame acerca da necessidade ou não da produção do aporte requerido, sendo inviável rever as provas dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.

2. Outrossim, é certo que o acolhimento das teses recursais de configuração da excludente de força maior e de necessidade de redução do quantum indenizatório demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada no âmbito

do recurso especial, ante o disposto no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

3. Nos casos de indenização por danos morais decorrentes de responsabilidade contratual, o termo inicial dos juros de mora é a data da citação. Precedentes.

4. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que é cabível o "arbitramento de pensão vitalícia àqueles que sofreram lesão permanente e parcial à sua integridade física, resultando em redução de sua capacidade laborativa/profissional, consoante interpretação dada ao artigo 1.539 do Código Civil de 1916, atual artigo 950 do Código Civil de 2002" (AgRg no AREsp n.

636.383/GO, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 10/9/2015). Incidência da Súmula n. 83/STJ.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1236405/MA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 8/10/2018, DJe 10/10/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO CAUSADO POR AUTOMÓVEL QUE INVADIU REPENTINAMENTE A PREFERENCIAL. MOTOCICLISTA ATINGIDO QUE SOFREU AMPUTAÇÃO DA PERNA DIREITA. CULPA EXCLUSIVA E CONCORRENTE DA VÍTIMA. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. PENSÃO VITALÍCIA. AFERIÇÃO DO PERCENTUAL DE REDUÇÃO PERMANENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Não configura ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973 o fato de o Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte recorrente, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.

2. O acórdão recorrido afastou a ocorrência de culpa concorrente ou exclusiva da vítima, observando que a causa preponderante do acidente foi praticada pelo condutor do automóvel que, de forma imprudente, invadiu repentinamente a preferencial, sem observar o trânsito da via, e obstruiu a passagem do motociclista, autor da ação indenizatória.

3. A reforma do julgado, quanto à responsabilidade pelo acidente,

demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada no recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

4. A vítima do evento danoso, que sofre redução parcial e permanente da sua capacidade laborativa, tem direito ao pensionamento vitalício previsto no artigo 950 do Código Civil, independentemente da existência de capacidade para o exercício de outras atividades, em razão do maior sacrifício para a realização do serviço. Precedentes.

5. Para rever o percentual de redução permanente da capacidade laborativa e reavaliar o valor da pensão fixada no primeiro grau, seria necessário o reexame de fatos e provas, o que é inviável no recurso especial, a teor da Súmula 7 do STJ.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 239.129/PR, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 26/10/2017)

No caso dos autos, não foram demonstrados os requisitos para a concessão de tal indenização.

Com efeito, o Tribunal de origem, à vista dos elementos fático-probatórios constantes dos autos, consignou que não há incompatibilidade da autora para o desempenho de suas atividades laborais em decorrência do acidente. Salientou-se, ainda, que não houve diminuição na sua capacidade de trabalho.

Cito, por oportuno, trecho do acórdão (fls. 803/804, e-STJ):

A autora requereu, em sua apelação, a parcial reforma da sentença para que fosse concedida a pensão vitalícia, dando-se, assim, total procedência à ação (fls. 676/686).

O laudo pericial, em resposta aos quesitos de uma das requeridas (fls. 376, item "f"), apontou expressamente que não há, em decorrência do acidente, incompatibilidade da autora para o desempenho de sua atividade profissional (fls. 414). Assim, não há que se falar em condenação ao pagamento de pensão mensal vitalícia, que somente é cabível quando a vítima, em decorrência da lesão sofrida, comprovadamente sofre uma diminuição na sua capacidade laborativa, de modo a reduzir ou extinguir suas possibilidades de sustentar-se com seu trabalho. Não tendo isso

ocorrido, inviável a condenação.

Nesse contexto, verifica-se que rever o entendimento do acórdão recorrido ensejaria o reexame do conjunto fático-probatório da demanda, providência vedada em sede de recurso especial, ante a Súmula 7 do STJ.

De igual maneira, a análise das conclusões do laudo pericial juntado aos autos também encontra obstáculo na Súmula 7/STJ.

Cumprе registrar, por fim, que os recursos interpostos com fundamento no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal, atraem, regularmente, a incidência da Súmula 7/STJ quando necessário examinar o contexto fático-probatório dos autos, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
2. Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.

3. Agravo não provido.

(AgRg no AREsp 494.763/RS, Relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe 18/8/2014)

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora